

## SEPARATISMOS, EUROPEÍSMOS E SÍMBOLOS NACIONAIS

### CONHEÇA A FUNDAÇÃO D. MANUEL II



## EXCLUSIVO

1ª entrevista de S.A.R.  
o Príncipe da Beira



CAUSA REAL  
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Se é verdade que as opiniões divergem sobre a melhor fórmula de gestão da coisa pública, elas coincidem no reconhecimento das vantagens políticas e simbólicas de uma Chefia de Estado corporizada na Instituição Real. E se é verdade que, para a sua sobrevivência, o nosso movimento carece de uma agenda de intervenção própria, os tempos que precedem as próximas eleições presidenciais (quando os partidos se organizam e se acicatam na promoção do seu chefe de facção) constituem uma oportunidade ímpar de relevarmos fragilidades e contradições.

**P**retende-se que uma amnésia selectiva nos faça acreditar na isenção dessa personagem messiânica, pois ela seria capaz de reunir em si o ensejo de todo o Povo. Eis uma autêntica fraude ou, como lhe chamam os politólogos encartados da república, uma «mistificação positiva». Talvez por isso os primeiros e genuínos republicanos descartavam a representação do Estado num cargo unipessoal, por considerarem a excessiva idealização dos poderes e capacidades de uma pessoa só como uma emanção monárquica...

Curiosamente, do ponto de vista da representatividade «democrática», o modelo semipresidencialista que vigora padece de disfunções profundas, que convém denunciar: o presidente da República, representante duma pequena facção legitimada pelo voto directo e universal, possui uma legitimidade desproporcional à sua impossibilidade de influenciar as decisões de política nacional tomadas no Parlamento. «Apenas» tem a «bomba atómica», o poder de suspender um legítimo órgão colegial, concorrente e potencialmente em linha de colisão.

No mesmo sentido, também merece atenção o recente agravamento da tragédia grega. Apesar da

arquitectura política distinta (na democracia parlamentar da Grécia o presidente da república possui um papel simbólico), foi a incapacidade do parlamento de reunir consensos para a sua eleição que conduziu ao derrube do Governo em funções, e à consequente crise que vem interromper um duríssimo resgate financeiro. Ainda estamos para ver as consequências da ascensão do Syriza ao poder naquele país.

Variados são os argumentos de que os monárquicos se podem servir para saírem das suas capelinhas e intervir, pelos meios ao seu alcance (jornais, fóruns das rádios, televisões e redes sociais), para desmascarar a hipocrisia e a ilusão do magistério presidencial que nos reprime e apouca desde 1910. O terreno político dos monárquicos é por natureza a questão da Chefia de Estado, e nada como umas eleições presidenciais para nos fazermos à luta. Não desperdicemos esta oportunidade de levantar alto a nossa bandeira.

**João Távora**, Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

Neste número orgulhamo-nos de modo particular com a publicação da primeira entrevista de Sua Alteza Real o Príncipe da Beira, Senhor Dom Afonso de Santa Maria. Que seja a primeira de muitas entrevistas, e o primeiro passo na construção da Sua importante biografia.



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira,  
das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em:  
www.causareal.pt/ Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho,  
Francisco Teles da Gama, João Mattos e  
Silva, Luís Barata, Teresa Côrte-Real.

Design e edição: Madalena Pestana

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do  
Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho,  
artigo 12º nº1 alínea a)

Há vinte anos atrás, ultrapassados os maiores problemas políticos e económicos do pós 25 de Abril, e já integrado na então CEE, Portugal entrava em delírio colectivo. Fazia-o de peito feito, já embriagado com os frutos aparentemente inesgotáveis desta sua nova associação, empolados pela recente abertura ao crédito que veio alimentar um novo fervor consumista e com a soberba desajustada de quem quer por força sentir-se à vontade no tão cobiçado “Clube dos Ricos”.

“Então defendem uma monarquia tipo Dinamarca?” perguntava-me o jornalista já menos certo dos preconceitos com que me abordara e agora num misto de curiosidade e receio sobre o que afinal seriam os objectivos desta Causa Real.

Começou a nossa conversa à volta da possibilidade de uma nova estrutura política para Portugal, insistindo eu na necessidade de avaliarmos todas as opções, incluindo a monárquica. Bateu esta observação na imagem de uma corte privilegiada, corrupta, a rodear um Chefe de Estado permeável, procurando o seu próprio benefício. Este cenário, decididamente falacioso mesmo na monarquia constitucional do século XIX, é produto da demagogia republicana mais perniciosa, uma imagem que está longe de caracterizar qualquer monarquia ocidental, e que se identifica mais com esta terceira República...

Não obstante tamanha deturpação do nosso ideal monárquico, e a facilidade com que se rebate o argumento, não deixa de ser curioso e algo frustrante o seu uso e sua aceitação generalizada.

À pergunta inicial juntámos outros nomes. No entanto, o sistema que preconizamos para o nosso País é, antes de tudo, português e nada mais claro do que o assento da aclamação de Dom João IV para explicar a essência da Monarquia Portuguesa:

“Apenas a Comunidade de portugueses reunida na instituição das Cortes pode conferir legitimidade suprema ao poder do Rei... os reis recebem o poder do povo para governar sob a condição tácita de reger bem e direito... É a consciência de serviço ao Reino, que nunca será extirpado sequer pelas formas mais extremas de absolutismo.” Mesmo as Republicanas.

**Luís Lavradio**, Presidente da Causa Real

Capa: © Nuno Albuquerque | foto original

ÍNDICE	
ACTUALIDADE • Separatismos, Europeísmos e Símbolos Nacionais • CARLOS BOBONE	4
• Fundação D. Manuel II ao Serviço da Cooperação com os Países Lusófonos • JOÃO MATTOS E SILVA	8
ENTREVISTA • S.A.R. O Senhor Dom Afonso • JOÃO TÁVORA	10
OPINIÃO E DEBATE • Sua Alteza a Infanta D. Maria Francisca de Bragança - A Esperança na Continuidade • FRANCISCO TELES DA GAMA	14
• Da presidencialite • SAMUEL DE PAIVA PIRES	16
• O meu Testemunho • NUNO POMBO	18
CARTOON DE • JOSÉ ABRANTES • “PRESIDENCIAIS”	17
JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA • DIOGO TOMÁS • A Caminho do Futuro	19
NOTICIÁRIO • Jantar dos 25 Anos da RAL • Jantar dos Conjurados • 4 de Outubro, celebrámos Portugal • A Real Associação do Porto Comemorou 25 anos • Reunião da Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa. • Real Associação de Viana do Castelo e a CEVAL assinam Protocolo de Cooperação visando a consolidação de laços institucionais. • Nova Direcção da Real Associação do Ribatejo.	20
BIBLIOTECA • A História Partilhada. Tesouros dos Palácios Reis de Espanha • VASCO ROSA	26

# SEPARATISMOS, EUROPEÍSMOS E SÍMBOLOS NACIONAIS

Não há ninguém que justifique as suas opiniões políticas alegando motivos psicológicos, notava há um século e meio John Stuart Mill. Todos os cálculos de estratégia tomam em conta as condições psicológicas que podem abrir caminho à aprovação ou rejeição de uma lei, mas quando se trata de alguém explicar os motivos da sua opção, só as ideias mais nobres, generosas e racionais a podem justificar. Os outros deixam-se influenciar por motivos psicológicos, nós agimos sob o impulso da razão. O que valia em meados do século XIX, conserva todo o seu valor um século e meio mais tarde. Não obstante todos os contributos das ciências humanas para a compreensão dos elementos psicológicos e afectivos na vida política, o pudor vitoriano continua a erguer poderosas barreiras a toda a admissão de elementos irracionais nas altas esferas do poder.

Os nossos comentadores políticos sentem-se constrangidos quando se vêem obrigados a assinalar a intrusão de elementos psicológicos ou afectivos na vida política dos povos civilizados, como se presume que sejam os europeus. Educados na velha escola da estratégia política, discípulos de Maquiavel e de Hobbes, para eles os genuínos elementos do jogo político são o interesse e o medo. Os catedráticos da análise política sabem explicar todos os meandros da intriga palaciana, os da burocracia carreirista, os do terrorismo e os da corrupção. Mas as ambições separatistas, não as entendem, e suspeitam que debaixo delas estejam em fermentação ambições inconfessáveis.

Que um povo queira ressuscitar velhas fórmulas políticas caídas em desuso, que peça e obtenha a ressurreição de complexos e anacrónicos rituais, que os eleitorados se dividam de acordo com antigas repartições étnicas ou linguísticas, que um parlamento democrático gaste o dinheiro dos contribuintes e o tempo dos funcionários a abrir serviços públicos que usam dialectos quase extintos, é fenómeno para o qual os recursos analíticos dos politólogos modernos se revelam escassos.

Sobretudo, sentem-se confusos quando verificam que em vastas regiões da Europa, em tempos de desnorte, as opções mais vigorosas dos eleitorados são as que tocam na sua identidade nacional, e não as que lhe tocam no bolso.

Os últimos anos da história europeia trouxeram-nos algumas surpresas, à mistura com os costumeiros despiques das épocas de contracção económica. Ao contrário do que era de esperar em tempos de aflição, quando os prósperos povos da Europa se viram ameaçados no bem-estar a que já se sentiam habituados, o debate político nem sempre foi dominado pelas soluções económicas nem pelas ameaças à sua segurança, vindas do mundo islâmico. A novidade que preencheu boa parte do calendário político desta época lastimosa foi a irrupção de separatismos convictos, aguerridos e com largo poder de persuasão. Não foi, naturalmente, um acontecimento espontâneo.

Na maior parte dos casos, o fenómeno político foi a expressão de um processo de afirmação de identidade que tinha vindo a fermentar desde décadas ou séculos atrás. E a sua transferência para a área política, dando-lhes maior visibilidade, confirmou apenas a maturidade daquilo que nascera e medrara na sombra.

Os separatismos escocês, flamengo, italiano, basco e catalão, assentam em pressupostos culturais que nem sempre são genuínos, isto é, que por vezes são uma recriação artificial de tradições esquecidas ou mesmo fantasiadas. Mas, como polarizadores de uma sede de identidade latente na vida colectiva, mostraram-se altamente eficazes. Em contraste com estes movimentos identitários, salta à vista a total ausência de atractivos do projecto europeu no

domínio da vida cultural e psicológica.

A ascensão dos movimentos separatistas europeus contraria frontalmente aquele que foi desde o princípio o espírito da União Europeia. Poderia ter sido outro o ponto de vista do europeísmo. Esbatidas as fronteiras nacionais sem a anulação dos estados-nação, haveria espaço para se afirmarem as fortes sobrevivências de particularidades étnicas, dialectais ou culturais, sem que isso significasse cisão política. O espaço europeu seria o mais propício para se integrarem pacificamente na vida comum aquelas culturas específicas que os estados-nação olhavam com desconfiança. Mas não foi esse o programa com que nasceu o europeísmo do pós-guerra.

A Unidade da Europa destinava-se a superar a velha predilecção dos europeus pelos seus particularismos nacionais, e a fazer a afirmação triunfante de outra tendência europeia, a da racionalidade universalista.

Na fundação do europeísmo político excluiu-se do conceito de Europa tudo o que pudesse fazer lembrar uma unidade rática ou religiosa. Os fundamentos da Europa Unida, de uma Europa democrática, pacífica e laica, não poderiam ser esses. Nem a unidade étnica, nem a religião cristã, nem a proximidade geográfica lhe serviriam de alicerces. O único fundamento que se admitia para cimentar a união dos povos da Europa era a unidade cultural. Os mais reputados intelectuais europeus foram recrutados para fazerem vir à tona as raízes profundas da unidade europeia. Os “Encontros Internacionais de Genebra”, convocados anualmente desde 1946, iniciaram-se com o tema do “Espírito Europeu”. Tratava-se de dar ao projecto europeu o seu suporte cultural, suporte necessário e suficiente, segundo o europeísmo político, para ultrapassar as barreiras erguidas pelos nacionalismos. Era preciso mostrar que por cima destas barreiras sempre tinham circulado ideias, gostos, estilos literários e artísticos.

Não foi fácil encontrar a fórmula que definisse a essência do espírito europeu. Os homens de letras espalharam-se sobre os altos e baixos da história europeia, e viram mais divisões que unidade. Dissertaram sobre as infinitas questões que provocaram guerras sucessivas, sobre as ambições hegemónicas de Carlos V, Napoleão, Hitler,

e sobre o fracasso destes, provocado pela eterna propensão dos europeus para a divisão, a secessão, o particularismo nacional. Um dos participantes, autor do “Esboço de Uma História dos Franceses no Seu Desejo de Constituírem Uma Nação”, afirmou que poderia escrever outra obra intitulada “História dos Europeus no Seu Desejo de não Criarem Uma Europa Una”. No entanto, apesar deste cepticismo quanto à vontade dos povos europeus, todos eles achavam que os nacionalismos, ou a tendência europeia para salvaguardar antes de tudo as particularidades nacionais, manifestavam uma situação de inferioridade civilizacional. Os momentos altos da civilização europeia eram, para eles, os que produziram uma cultura cosmopolita. Sempre que as ideias circularam “por cima das fronteiras interiores” da Europa, atingiu-se a aspiração intelectual do “universalismo”. Nas universidades da Idade Média, nas escolas dirigidas pelos humanistas do Renascimento, não se curava da nacionalidade de quem escrevia ou ensinava, mas apenas do conteúdo dos saberes. No século XVIII toda a Europa discutia as ideias postas em circulação pelos literatos franceses. “Existiu, portanto, como facto, uma certa comunidade espiritual europeia, mas a consciência desse facto, da sua oposição aos particularismos nacionais, essa é que não existia. Pelo contrário, o que depressa surgiu como consciência, como vontade manifesta, foi o afirmarem-se as nações nos seus génios particulares e, bastantes vezes, nas suas oposições” (Julien Benda). A opção pelas línguas nacionais em detrimento do latim nos documentos públicos, o esforço de apuramento das línguas europeias, salvaguardando-as de influências estrangeiras, seriam momentos decisivos da “queda” dos povos europeus nos seus particularismos nacionais. Faltando as ideias claras sobre o que era o espírito europeu, apontaram-se pelo menos as tendências boas as tendências más, os momentos de ascensão e os momentos de decadência na história da unidade europeia. Ficou assente que o espírito cosmopolita correspondia ao primado da razão, e o espírito nacionalista ao do instinto. A razão seria, naturalmente, pacífica e de vistas largas, enquanto o instinto fechava os homens nos seus estreitos particularismos e na sua agressividade irracional.

Esta perspectiva de literatos politizados ignorava a maior parte das aquisições com que a cultura do século XX poderia ter dado mais consistência

ao debate. A psicologia, a antropologia, as ciências sociais estavam fora daqueles encontros. Os patronos intelectuais do europeísmo não queriam admitir a hipótese de que as culturas nacionais tivessem enriquecido a civilização europeia. Todos eles poderiam ter lembrado que a produção cultural de um povo é tanto mais rica quanto mais marcada seja a sua individualidade. Recusando-se a reconhecer que qualquer identidade, pessoal ou colectiva, se constrói separando o “eu” ou o “nós” de tudo o resto, preferiram ser intelectuais do século XVIII, pregando um moralismo retórico, enfático, feito de adjectivos e de fórmulas vagas, de “superações”, de “aberturas” e de “universalismos”.

Esta pretensiosa “abertura” dos espíritos tutelares do europeísmo ideológico, fechou as portas a qualquer entendimento

da Europa como a casa comum em que se poderiam afirmar com pujança as identidades das regiões europeias. O “particularismo” era o inimigo da universalidade cosmopolita, e em obediência a este princípio procurou-se abafar tudo o que significasse uma visão “estreita” da Europa. Deste modo, as altas esferas políticas mantiveram uma prudente distância quando verificaram a ressurreição de símbolos, tradições, dialectos e raízes culturais.

A irrupção dos movimentos separatistas nos países com maior diversidade étnica ou cultural, foi vista pelos europeístas como uma cedência

dos eleitores ao “populismo”. Com este conceito ameaçador pretende-se lançar a suspeita de que os mentores dos movimentos separatistas estão a explorar os mais básicos e primitivos instintos dos povos. Mas a persistência das forças autonómicas pede uma leitura mais ponderada deste fenómeno, que não pode ser examinado com a curta lente do analista político. Os separatismos são uma expressão de vigor cultural, que pode ganhar grande poder de atracção quando se conseguem encontrar símbolos poderosos, que concentram em si toda a carga de afectos de uma história colectiva.

*A opção pelas línguas nacionais em detrimento do latim nos documentos públicos, o esforço de apuramento das línguas europeias, salvaguardando-as de influências estrangeiras, seriam momentos decisivos da “queda” dos povos europeus nos seus particularismos nacionais.*

Entre os separatismos que estão na berra, merece especial atenção o caso escocês, não só porque aí a força do nacionalismo conquistou toda a vida política da região, mas também porque a sua

história peculiar mostra até que ponto a questão da identidade colectiva ganhou importância na vida dos povos modernos. Aqui podemos acompanhar toda a caminhada de uma “consciência nacional”, desde a criação dos primeiros símbolos identificadores, até à irrupção de uma vigorosa vontade de independência. O poder decisivo dos símbolos, neste caso, é particularmente claro, porque as raízes do nacionalismo escocês são largamente artificiais, bebem mais em fontes literárias e em histórias romanceadas do que em tradições vindas da noite dos séculos. A larga aceitação do movimento autonomista deve-se, pois, à escolha feliz dos

símbolos que tornaram fácil a identificação do escocês e da sua presumível cultura. A escolha de um nacionalismo com forte pendor céltico, apostado em fazer ressurgir um dialecto que nunca foi o da população maioritária, mostra que a força sobre a qual se ergueu este movimento político avassalador, está sobretudo nos fortes mitos que a literatura dos séculos XVIII e XIX criou para caracterizar a Escócia antiga. Os escritores do romantismo escocês, principalmente McPherson e Walter Scott, dotaram a sua pátria com os símbolos máximos que viriam a ser universalmente aceites

como os traços distintivos da cultura escocesa: o Kilt com o padrão próprio de cada clã, a gaita de foles, o sistema de clãs, a língua céltica. Foi em Edimburgo que associações como a “Celtic Society”, patrocinada por Sir Walter Scott, promoveram o uso do traje “antigo”, não só nas terras altas, mas também nas grandes cidades habitadas pelos descendentes dos Saxões.

Quando a consciência nacional escocesa ganhou uma expressão política, os dirigentes do nacionalismo escocês, adoptando os símbolos dos clãs Celtas, não fazem mais do que oficializar uma recepção que já estava largamente aceite por toda a Escócia.

A imagem do “Highlander”, que até ao século XVIII significava o habitante mais selvagem, mais turbulento e menos típico da Escócia, ganhou, sob a pena inspirada dos literatos, as cores da virtude guerreira, encarnando a coragem, a resistência a todos os invasores, a preservação da cultura original em toda a sua pureza. Teve aqui um papel de primeira grandeza a produção de uma fraude literária, o poema de Ossian, narrativa épica da luta dos celtas contra o invasor romano, que McPherson declarou ter encontrado em velhos pergaminhos gaélicos. Este poema, que correu a Europa inteira e foi aclamado como uma obra rival das de Homero, consolidou a ideia de que os celtas tinham sido os habitantes originais da Escócia. Daqui se concluiu que os “Highlanders” de língua gaélica não eram intrusos vindos da Irlanda e acantonados numa porção inóspita do território escocês, mas sim os legítimos herdeiros da cultura original escocesa.

Nobilitados pela sua origem e pela sua criatividade literária, os “highlanders” deixaram de ser desprezados pelos habitantes das terras

baixas, e todos os escoceses absorveram em pouco tempo a ideia de que descendiam dos clãs celtas. Os romances de Walter Scott ajudaram a espalhar por toda a Europa a imagem idealizada dos turbulentos e indómitos guerreiros, dando-lhes por veste “tradicional” o Kilt, e por instrumento musical a gaita-de-foles, em vez da harpa, que era um incómodo indício da origem irlandesa dos “Highlanders”. Ao longo do século XIX esta caracterização da sua cultura original conquistou toda a Escócia. Os genealogistas empenharam-se em filiar todas as

famílias, mesmo as que tinham apelidos claramente saxões, nos clãs das terras altas. Publicaram-se mapas da Escócia com a distribuição do território de cada clã, como se todo o território escocês fosse ocupado por eles em tempos antigos, e atribuiu-se a cada família um padrão do tecido usado no seu Kilt (tartan). Cada família passou a defender ciosamente as suas cores, tratando como usurpador quem se atrevesse a usá-las em cerimónias solenes. Os atributos simbólicos da individualidade escocesa não foram apenas aceites pelos próprios, mas também pelo exterior. Os regimentos escoceses do exército britânico passaram a ser identificados pelo Kilt e pela gaita-de-foles, e os soberanos britânicos, nas suas passagens pela Escócia, habituaram-se a usar o Kilt, como se esperava dos herdeiros dos Stuart.

A monarquia britânica soube conter por largos anos os ímpetos da individualidade escocesa, aceitando todos os sinais da sua herança cultural, e até integrando na hierarquia constitucional as famílias que se ufanavam de representar antigas autoridades da Escócia independente. Mas o movimento iniciado pelos escritores românticos mostrou-se capaz de gerar uma energia imparável, que já não se contenta com o lugar destacado das instituições escocesas em todo o cerimonial do Reino Unido. E assim, um regime particularmente dotado para a expressão simbólica das identidades nacionais, como é a monarquia britânica, enfrenta um desafio de peso. Para minar a sua unidade foi preciso construir ao longo de três séculos um poderoso sistema de símbolos, a única arma eficaz para enfraquecer a carga psicológica do cerimonial monárquico.

CARLOS BOBONE

## Loja online

www.reallisboa.pt

Prepare já as suas compras



# FUNDAÇÃO D. MANUEL II AO SERVIÇO DA COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES LUSÓFONOS

A Senhora Dona Augusta Victória, princesa de Hohenzollern – Sigmaringen, viúva do Rei Dom Manuel II, dispôs no seu testamento de 11 de Setembro de 1962 que os bens portugueses que herdara de El-Rei, constituiriam uma Fundação que perpetuasse a memória do último soberano reinante de Portugal, com carácter assistencial, cultural e de formação.

Tendo falecido em 1966, o seu advogado requereu ao Governo Português a criação da Fundação, que obteve autorização através do Decreto-Lei nº 48531, de 16 de Agosto de 1968.

Em 1983 Sua Alteza Real o Duque de Bragança, chefe da Casa Real Portuguesa e da família de Bragança, assumiu a presidência da Direcção da Fundação de que fazem parte actualmente também os senhores Dr. Miguel Horta e Costa, Dr. Augusto Ferreira do Amaral e Dr. Adalberto Neiva de Oliveira. Ao assumir a presidência da Fundação, o Senhor Dom Duarte alargou o seu âmbito de actuação à cooperação e apoio à formação e desenvolvimento de laços culturais, com os países da CPLP, comunidades portuguesas e territórios que conheceram a presença portuguesa ao longo da sua História e pretendem preservar a sua memória.

Desde então a Fundação tem desenvolvido uma intensa actividade e prosseguido projectos com diversas instituições nacionais e internacionais como a Dempo Foundation, em Goa, Assistência Médica Internacional (AMI), Fundação Sousa Pedro, Fundação Histórico Cultural Oureana, Fundação Batalha de Aljubarrota, Prémio Infante Dom Henrique, The Bamboo Foundation e as Dioceses de Baucau e S. Tomé e Príncipe, entre outras.

De entre as muitas acções e projectos, destacam-se em Timor a instalação de uma oficina gráfica em cooperação com a Diocese de Baucau, o apoio à edição de uma revista em língua portuguesa e o apoio às populações rurais com novas técnicas agrícolas sustentáveis. De referir também a oferta de livros escolares. Em Angola, através de um protocolo celebrado com o governo de Cuando Cubango e com o apoio dos Museus Militares portugueses, a restauração do forte Serpa Pinto. Em Cabinda foi oferecida uma tipografia e cursos de artes gráficas e a oferta

de bens de primeira necessidade em colaboração com a Diocese de Évora.

A criação de um centro social e apoio à infância e uma escola profissional na Ilha do Príncipe, no âmbito da Diocese de S. Tomé e Príncipe tem sido uma acção da Fundação naquele país lusófono. Deve-se destacar a ajuda dada, com a colaboração de um grupo de amigos em Utah, nos EUA, que angariou um generoso donativo.

Na Guiné a Fundação está preparar uma intervenção nos campos da agricultura tradicional e do ambiente, em colaboração com a Fundação Guineense Acção para o Desenvolvimento, e ofereceu equipamento desportivo ao Clube de Cuntum.

Uma iniciativa muito importante da Fundação Dom Manuel II tem sido a atribuição de bolsas de estudo a jovens dos países lusófonos.

Outra actividade notável, de defesa e difusão da língua portuguesa, tem sido a oferta de bibliotecas, que têm sido distribuídas a vários países de expressão portuguesa ou onde se pretende manter viva a nossa língua, nomeadamente Angola, Moçambique, Timor e na Índia, em Goa e Diu, sendo de realçar que nestas duas cidades, as bibliotecas são de autores portugueses.

Também no Canadá e Estados Unidos da América, onde existem grandes comunidades portuguesas, tem chegado a Fundação com a promoção da História e ensino de pintura do Azulejo português no Quebec pelo pintor Nelson Figueiredo que também já estivera em Angola, e nos EUA a realização de conferências e exposições sobre as figuras do Rei Dom Carlos e do Príncipe Dom Luís Filipe, comemorativas do centenário do Regicídio. Ainda no continente americano, no Brasil, foi oferecido à Cidade de

Mariana, primeira capital do Estado de Minas Gerais, um grande retrato da Rainha Dona Maria Ana de Áustria, mulher do Rei Dom João V, cumprindo assim uma promessa da soberana feita há 280 anos.

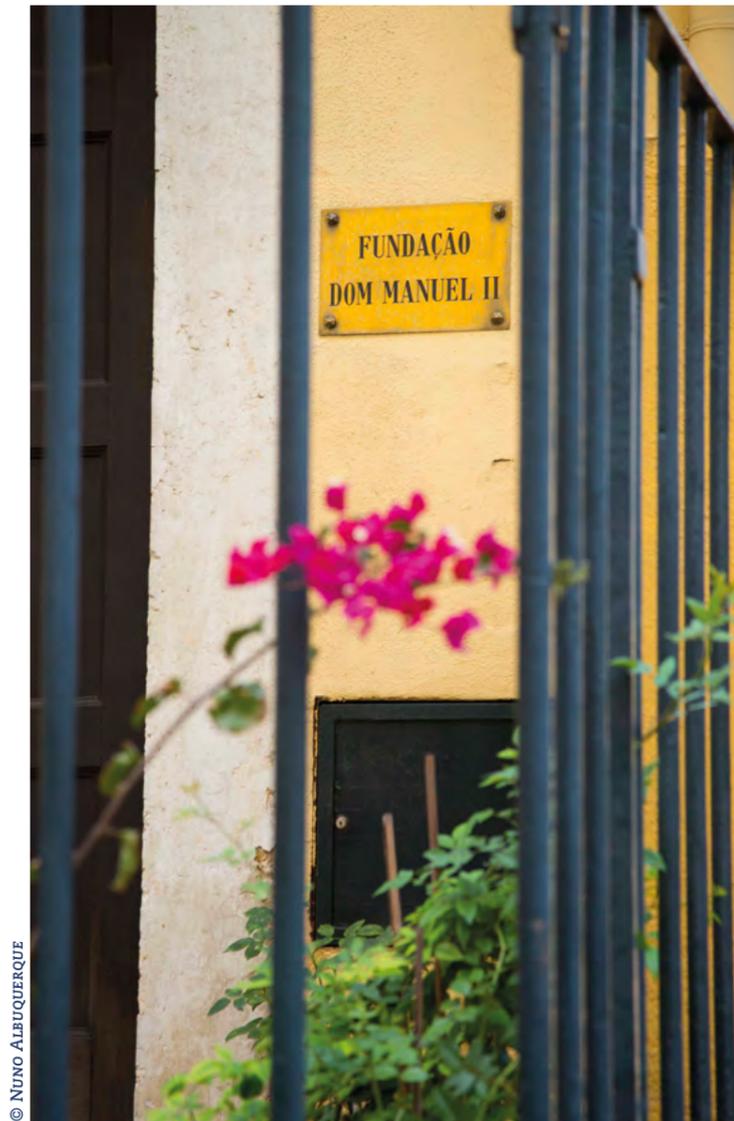
À aldeia portuguesa de Malaca foi oferecido um sino mandado fazer em Braga com uma estrofe dos Lusíadas que refere aquele território. E tem sido dado apoio à comunidade luso-descendente de Bangucoque, que recentemente viu um seu bispo, pertencente à comunidade, elevado ao cardinalato, bem como outro prelado de ascendência portuguesa da Birmânia.

Actualmente a Fundação tem em curso várias actividades de que se podem destacar o fornecimento de 8 imagens de 1,5m, em mármore, e 14 imagens de madeira, de artesanato português, para culto e decoração de Igrejas e Capelas da Diocese de São Tomé e Príncipe, 3 das quais são da autoria do Mestre José Ferreira Thedim, fornecimento de material didáctico para crianças das Missões da Guiné Bissau, Bacau, (Timor Leste), Kerala (Índia) e Moçambique, fornecimento de alfaias litúrgicas para as Missões de São Tomé e Príncipe, fornecimento de 10 painéis de azulejos pintados para culto e decoração de Igrejas e Capelas da Diocese de São Tomé, assistência ao Banco de Leite das Missões de São Tomé e Príncipe, patrocínio de Assistência e Voluntariado na Casa dos Pequenininhos das Missões da Diocese de São Tomé e Príncipe, fornecimento de uma imagem esculpida em madeira de Nossa Senhora de Fátima para a Comunidade Portuguesa da Igreja Saint Timothy Catholic Church, Tappahannock, VA 22560 EUA, fornecimento de uma imagem esculpida em madeira de Nossa Senhora de Fátima, (Virgem Peregrina), para a Comunidade Portuguesa da Igreja de Ave Maria Institute, Florida, da autoria do Mestre José Ferreira Thedim e fornecimento de Material didáctico para crianças das Missões da Arquidiocese de Kerala, India.

A organização dos Congressos Mares da Lusofonia, com o apoio da Câmara Municipal de Cascais, Agência Cascais Atlântico e CPLP, é um relevante instrumento de cooperação lusófona. Estes congressos já tiveram lugar em Cascais e no Rio de Janeiro, decorrendo o próximo em Cabo Verde. Recentemente a Fundação instituiu, em colaboração com a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Guimarães o Prémio Príncipe da Beira de Ciências Biomédicas, no valor de 15 mil euros, visando reconhecer anualmente um plano de trabalhos de

investigadores nessa área científica.

A acção da Fundação D. Manuel II tem sido muito diversificada e tem constituído um valioso instrumento de cooperação com os países lusófonos e dos lugares que, em todos os continentes, ou possuem comunidades de portugueses ou são luso-descen-



© NUNO ALBUQUERQUE

dentes, estreitando laços com muitos séculos, marcando a presença de Portugal no seu universalismo sempre vivo e dando assim amplo cumprimento aos propósitos da sua fundadora, de justa homenagem a El-Rei Dom Manuel II.

**JOÃO MATTOS E SILVA**

# ENTREVISTA A S.A.R.

## Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira

Na expectativa de correspondermos ao ensejo dos nossos leitores e de muitos portugueses que seguem os assuntos importantes da sua Pátria, desde a data do seu 18º aniversário, em Março de 2014, que esta entrevista a Sua Alteza Real Senhor D. Afonso estava na nossa agenda de prioridades. Constitui uma enorme alegria o privilégio de publicar estas linhas, contribuindo para que se comece a escrever a biografia do nosso Príncipe da Beira, digno representante, com Seu Pai, de toda a Nação Portuguesa. Além dos agradecimentos devidos ao entrevistado que em tempos de exigentes exames escolares se viu importunado com esta prova, não podemos deixar de expressar a nossa gratidão a Suas Altezas Reais Senhores Dom Duarte e Dona Isabel de Bragança todo o apoio prestado nesta nossa demanda.

**CR: Como sente no seu dia-a-dia de estudante, o legado de Príncipe Real de Portugal de que é portador?**

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, fazer parte da minha família não me incomoda na minha vida de estudante, mas também não posso dizer que existam vantagens. Na verdade continuo a ser uma pessoa como qualquer outra. Enervo-me quando tenho exames ou relatórios, alegro-me com as boas notas, fico acordado até tarde por causa dos resumos e quando posso saio com os meus amigos para festejar e aproveitar os tempos livres.

**CR: Qual o seu desporto favorito? Porquê?**

Desde pequeno que costumo estar mais fora de casa do que dentro. Graças a isso cresci com uma mentalidade para o campo e para o desporto. Quando me perguntam se tenho um desporto favorito é complicado de responder, pois na verdade tive a sorte de poder praticar vários e portanto essa minha paixão varia dependendo da ocasião. Quando era mais pequeno gostava de praticar futebol, logo depois equitação e a seguir ténis. Hoje, o desporto que mais faço é a natação, porque para além do desporto em si, ajuda-me a libertar toda a tensão do dia-a-dia.

**CR: Pratica alguma modalidade desportiva?**

Como já disse, sempre pratiquei vários desportos.

Infelizmente agora tenho praticado menos pois gasto mais tempo com os estudos. Algumas das modalidades desportivas que pratico são o ski, o rugby, tiro ao alvo e aos pratos e, quando tenho tempo, mergulho livre e pesca. Um dia destes gostava de experimentar a esgrima.

**CR: Sendo o futebol um desporto tão popular entre os portugueses, tem predilecção por um clube?**

Essa é uma questão complicada. Muitos dos meus amigos já me fizeram essa pergunta e para surpresa deles, a minha resposta foi “sou pela selecção”. Acho que é bom ter um clube e muitos dedicam-se ao amor à camisola. As razões para a minha resposta são outras. Sendo muitos dos meus amigos adeptos de clubes opostos, por causa disto, existe uma grande pressão entre eles. É por isso que tento colocar-me num posicionamento neutro em que todos estejam de acordo.

**CR: Há algum monumento nacional que o sensibilize mais? Porquê?**

Em Portugal, o monumento que mais me sensibiliza é a igreja da Padroeira, em Vila Viçosa, porque foi construída por S. Nuno Álvares Pereira em honra de Nossa Senhora da Conceição coroada por Dom João IV em 1645 como rainha de Portugal.

**CR: E outros monumentos que goste particularmente?**



A antiga capelinha de Nossa Senhora de Fátima, o Mosteiro dos Jerónimos, pela sua história e arquitectura e por ter sido o local do casamento dos meus pais, o Centro Histórico de Guimarães, pela sua beleza e simpatia das pessoas e o Padrão dos Descobrimentos por simbolizar os grandes feitos dos Portugueses através da história. Fora do país, mas no entanto monumentos portugueses, todos os fortes construídos pelos nossos antepassados em África, na Ásia e no Brasil, que impressionam todos os que os vêem.

**CR: Que características mais aprecia deste nosso Portugal?**

A forma como muitos portugueses recebem os visitantes de forma simpática, das nossas capacidades de adaptação em relação às várias crises, no estrangeiro e mesmo em Portugal. Também do clima, da gastronomia, da qual senti saudades no meu tempo no estrangeiro, e das suas paisagens.

**CR: Já tem definido o curso que irá seguir, terminado o secundário?**

Dos vários possíveis cursos, gostava de fazer o de Ciência Política e Relações Internacionais, pois dá um maior conhecimento sobre a política, nacional e internacional e as relações entre países. No

entanto gostava de fazer uns estudos de agronomia e perceber mais sobre biologia marítima e a costa portuguesa. Também gostava de fazer uma experiência de serviço militar.

**CR: Já sente o nosso Príncipe da Beira algum interesse pela agenda política nacional?**

Por causa dos meus estudos, tenho tido pouco tempo para acompanhar a política nacional, no entanto, tento estar ao par do que se passa no meu país.

**CR: Quais são os assuntos/causas em Portugal que mais o cativam e para os quais gostaria de dar o seu apoio/contributo?**

Gostaria de dar um contributo na investigação científica e na preservação do ambiente e biodiversidade do país. Também me interessam as nossas fronteiras marítimas que graças à Plataforma Continental aumentaram imenso o nosso território e possibilitaram uma nova zona de descobertas e possibilidades para o país.

**CR: Em que é que a restauração da Monarquia em Portugal poderia melhorar a vida da sua geração?**

Começaria por dizer que as melhores repúblicas são aquelas que têm reis e rainhas como chefes de estado. Como o meu pai disse na sua última

*“Em Portugal, o monumento que mais me sensibiliza é a igreja da Padroeira, em Vila Viçosa,”*

*“tento estar ao par do que se passa no meu país”*

*“Gostaria de dar um contributo na investigação científica e na preservação do ambiente e biodiversidade do país.”*



S.A.R. DOM AFONSO EM BAUGAU, TIMOR LESTE 5 AGOSTO DE 2014 NOMEADO LIURAI PELO SENADO DOS LIURAIS.

entrevista, “as monarquias têm, geralmente, melhores governantes do que os regimes republicanos”. Por essas razões presumo que se Portugal tivesse um governo em que o rei fosse o chefe de estado, a estrutura do governo seria a mesma mas com melhores resultados.

**CR: Faz Vossa Alteza Real algum tipo de voluntariado? O que guarda dessas experiências?**

Fiz voluntariado no Centro de Deficientes João Paulo II em Fátima onde, juntamente com outros voluntários, ajudávamos as enfermeiras no seu trabalho do dia-a-dia, arrumando os quartos, dando de comer aos doentes, carregando mudas de roupa e fazendo companhia aos doentes de maneira a mantê-los contentes e optimistas. Também fiz voluntariado no projecto da ReFood Nossa Senhora de Fátima. Dessas experiências consegui compreender a importância em ajudar os outros, através da distribuição de comida pelas pessoas e famílias que não podiam ou tinham dificuldades em adquirir alimentos.

**CR: Alguma experiência particular que gostasse de partilhar sobre a sua passagem por Inglaterra?**

Não posso dizer muito sobre a minha experiência no Reino Unido. De facto, os primeiros meses foram complicados graças ao clima e às saudades

de Portugal e da minha família. No entanto, esse ambiente solitário fez com que desenvolvesse uma personalidade mais madura e responsável, tornando-me assim na pessoa que agora sou. Gostei também de ter tido a possibilidade de formar amizades no estrangeiro com quem ainda me relaciono e pude também aperfeiçoar a língua inglesa.

**CR: Como vê o Senhor D. Afonso o papel político e social dos jovens da Sua idade em Portugal?**

A primeira coisa que vejo é que são esses jovens que vão ter que decidir o futuro, logo posso dizer que o seu papel é importante para Portugal. No entanto fico um pouco incomodado por ver muitos dos jovens, grande parte excelentes e de boa cabeça, a não se interessarem pela política.

**CR: A Juventude Monárquica Portuguesa conta com vários jovens da Sua idade. Quer o Senhor D. Afonso deixar-lhes uma mensagem de entusiasmo?**

Queria que soubessem que estão a fazer uma missão patriótica que toda a nossa família apoia, que estão a fazer um óptimo trabalho, nomeadamente demonstrar as vantagens de haver uma Monarquia nos dias de hoje em Portugal.

**CR: Quer deixar uma mensagem para os jovens que por causa da crise tiveram de abandonar Portugal?**

Gostava de dizer a todos os que deixaram o país em busca de trabalho e sucesso na sua vida no estrangeiro por causa da crise em que Portugal entrou, que percebo as vossas razões. Espero que esteja tudo a correr bem nos vossos trabalhos ou estudos e que no futuro, depois da situação do país melhorar, possam voltar para Portugal e ajudá-lo a recompor-se.

ENTREVISTA COORDENADA POR JOÃO TÁVORA

# SUA ALTEZA A INFANTA D. MARIA FRANCISCA DE BRAGANÇA A ESPERANÇA NA CONTINUIDADE

Francisco Teles da Gama

**C**omeçamos por dar os nossos parabéns a S.A. a Infanta D. Maria Francisca de Bragança, que muito nos alegra ao completar a idade adulta, no passado dia 3 de Março. É para nós um sinal de esperança e continuidade da Família Real Portuguesa e dos seus valores.



Este feliz acontecimento remete-me para a importância e intervenção de mulheres esclarecidas, inteligentes, com impressionantes capacidades político-estratégicas na História, cujos exemplos são anteriores à fundação de Portugal. É o caso da Condessa Mumadona Dias, que durante o século X protegeu o Condado Portucalense das invasões normandas, ao construir o Castelo de Guimarães e desenvolver o seu povoado, mudando a corte para esta Cidade.

Após a morte do Rei Dom Sancho II, ficara discriminado no seu testamento que as Infantas D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda receberiam o título de Rainhas, além de vários castelos no centro de Portugal. Esta vontade não foi acatada por Dom Afonso II, pois sentia o seu poder diminuído e temia o ataque de Afonso IX, Rei de Leão, então casado com D. Teresa. A maior parte dos infantes tomou o partido das irmãs, mostrando fidelidade ao pai. Este

confronto relembra-nos o poder da mulher e a sua argúcia em plena época das trevas, como apelidaram os românticos do século XIX. A guerra terminaria com as tréguas entre as infantas e o seu sobrinho Dom Sancho II, no ano de 1223.

Outras histórias põem a Rainha no centro das acções, como é o caso de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, que tomou as rédeas de uma guerra, enfrentando o seu próprio filho, seguida pelos soldados galegos. D. Leonor Teles, chegou a regente de Portugal, devido à menoridade da sua filha D. Beatriz, e enfrentou D. João I. D. Filipa de Lencastre destacou-se como educadora exemplar dos seus filhos, formando a Ínclita Geração.

Vislumbramos mulheres surpreendentes, mas não é de espantar, nestas épocas aqui retratadas a mulher era educada na escrita e leitura, na música, nos bordados, na teologia e em outras áreas.



© HOMEM CARDOSO

Enquanto o homem aprendia as artes bélicas e da montaria, para além da escrita, pois o cavaleiro português detinha um talento natural para a poesia trovadoresca, deixando-nos um legado documental fascinante entre cantigas de amigo, amor e de escárnio e maldizer, a mulher detinha mais tempo para se instruir, com o objectivo de passar esses ensinamentos aos seus filhos.

Nos períodos históricos da Idade Moderna e Contemporânea é inegável o papel fulcral no plano político, cultural e social das Rainhas D. Maria I e D. Maria II. D. Maria I deu asilo aos foragidos da Revolução Francesa e empenhou várias

missões científicas a Angola, Brasil, Cabo-Verde e Moçambique. Foi neste reinado que se assinou o tratado de comércio com a Rússia, no ano de 1789. Esta Rainha magnânima, que curiosamente compartilha o mesmo nome com a nossa jovem Infanta, fundou a Academia Real das Ciências de Lisboa e a Real Biblioteca Pública da Corte.

A importância destas mulheres na nossa História jamais poderá ser esquecida, pois o seu valor ao serviço da Coroa e da população portuguesa é inestimável, considerando-as, assim, símbolos da nossa identidade colectiva.

Ainda hoje depositamos a maior confiança numa nova Infanta, de seu nome  
**D. Maria Francisca de Bragança,**  
que cremos culta e com determinação no olhar, fitando um futuro próspero para o seu Portugal.



NAS IMAGENS PODEMOS VER, POR ORDEM DE ENTRADA NO ARTIGO: A CONDESSA MUMADONA DIAS, AS INFANTAS D. TERESA, D. SANCHA E D. MAFALDA, FILHAS DE D. SANCHO I, D. TERESA, MÃE DE D. AFONSO HENRIQUES, D. LEONOR TELES, D. FILIPA DE LENCASTE, D. MARIA I E D. MARIA II.  
IMAGENS: COMMONS.WIKIMEDIA.ORG

## DA PRESIDENCIALITE

### Samuel de Paiva Pires

Se é verdade que a democracia se quer participativa e, na sua génese, tem precisamente a institucionalização do conflito, vivendo em boa medida do dissenso e da oposição de ideias e pessoas, também não é menos verdade que qualquer comunidade politicamente organizada carece sempre de símbolos que possam unificá-la e reforçá-la. A instituição da Chefia de Estado talvez seja um pináculo simbólico do político. Nesta instituição reside, ou deve residir, a reserva moral da nação, e nela se deve reflectir o sentimento de pertença que sedimenta politicamente a comunidade.

Pode argumentar-se que, em Portugal, a instituição da Chefia de Estado é independente e representa todos os portugueses. Mas trata-se de uma ficção. A ficção do semi-presidencialismo que, em Portugal, granjeia ao Presidente da República uma alegada

imparcialidade, é apenas e só uma invenção engenhosa, porquanto é tão-somente caricato que alguém que emerge do jogo político-partidário se possa auto-proclamar não apenas independente, como ainda presidente de todos os portugueses.

Basta atentar nos níveis de participação e nos resultados eleitorais em anteriores eleições presidenciais para compreender como estamos, efectivamente, em presença de uma ficção, mas que não obsta, contudo, à presidencialite. Tomo de empréstimo esta expressão ao Miguel Castelo Branco, que a utilizou recentemente para se referir à tentação que paira, por estes dias, nas mentes de alguns dos nossos compatriotas. Com efeito, não há memória de tantas personalidades se posicionarem na corrida às eleições presidenciais. Talvez porque, apesar da putativa natureza independente da

candidatura e do cargo, após os presidentes militares, na III República só figuras cimeiras dos partidos do centrão foram alcandoradas ao tão apetecível Palácio de Belém, não se assistiu, em anteriores ocasiões, à presidencialite que parece ter tomado de assomo alguns portugueses.

O exercício, desta feita, reveste-se de contornos algo inéditos, com uma personalidade sem filiação partidária a ser apoiada por boa parte do Partido Socialista, e com um membro deste partido a protagonizar uma candidatura dita independente, entre outros candidatos que se têm manifestado e procuram protagonizar candidaturas independentes dos partidos políticos e outros ainda que, não assumindo as suas pretensões de forma tão manifesta, anseiam avidamente por ser apoiados pelos partidos à direita.

Na verdade, só a Chefia de Estado monárquica pode, realmente, proclamar-se independente do jogo político-partidário e representar simbolicamente toda a comunidade. Por isso, Roger Scruton,

referindo-se à instituição monárquica britânica, nos diz que “A monarca não é escolhida pelos seus atributos pessoais, nem tem obrigações e expectativas sujeitos a qualquer ‘contrato social’. Ela é simplesmente a representação da soberania, e a sua presença cerimonial. A sua vontade como monarca não é a sua vontade individual, mas a vontade do Estado. A monarca forma parte daquela superfície de conceitos e símbolos por meio dos quais os cidadãos percebem a sua identidade social, e percebem a sociedade não como um meio para um fim, mas como um fim em si própria. A ligação à monarca é por isso patriotismo em forma pura, uma forma que não pode ser traduzida numa política, ou numa escolha de meios.”

Daqui e Dali:

“Se podemos ter um rei a sério, porquê elegermos um a fingir?”

Virgílio Castelo, Actor

## Regularização de quotas:

**APELO!**

Sabia que

toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte,  
ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115

Email: [secretariado@reallisboa.pt](mailto:secretariado@reallisboa.pt) Website: [www.reallisboa.pt](http://www.reallisboa.pt)

## CARTOON...



“Presidenciais”  
[www.joseabrcantes.com](http://www.joseabrcantes.com)

Jose Abrcantes

## O MEU TESTEMUNHO...

Nuno Pombo

Sou sócio da Real Associação de Lisboa desde 1992. As razões que me levaram, então, a querer militar no movimento monárquico são as mesmas que ainda hoje me levam a convidar amigos e conhecidos a associarem-se. As pessoas são mesmo o único activo de valor que possuímos. Acreditamos na bondade da Instituição Real e procuramos mostrar aos portugueses as vantagens, para o nosso país, da chefia de Estado Real. Temos de superar mentiras, derrubar preconceitos, destruir mitos. As mais das vezes só temos de vencer a ignorância, fruto de um século de bem orquestrada

propaganda. Mas, aqui ou ali, embatemos numa intransponível barreira de má-fé. Esses embates não nos fazem soçobrar, não nos desanimam, porque o alento vem-nos da adesão de cada novo associado. Vem-nos da satisfação de vermos cada vez mais gente com vontade de colaborar no esforço de devolver o Estado à Nação. O caminho que temos pela frente é longo e ninguém nos promete facilidades. Todos somos poucos... Terminou o mandato em que

assumi a responsabilidade de presidir à Direcção da Real Associação de Lisboa. Os sócios reuniram-se e procederam à eleição dos novos órgãos sociais, na certeza de que com toda a serenidade, a vida associativa continuaria, agora com novos responsáveis, todos com renovada vontade de servir. Se há dimensão da vida pública que os monárquicos devem valorizar é, justamente, a continuidade. A continuidade não significa estagnação ou imobilismo, resignação ou arcaísmo. Esta continuidade funda-se no imutável propósito de levar os princípios e os valores que nos inspiram ao maior número possível de pessoas. Esta continuidade significa aprimorar o resultado do trabalho de todos quantos nos antecederam,



encontrando novas formas de o comunicar. Foi assim que encarei o início do meu mandato e é assim que leio o início de um novo ciclo.

Nós não somos monárquicos por critérios de probabilidade. Não agimos em função do que pensamos possa ser o nosso futuro próximo. Agimos, antes e sempre, por convicção, firmes no objectivo de ajudarmos a construir o que gostaríamos fosse o futuro dos nossos filhos... Esta leitura do tempo é intrinsecamente monárquica...

A Instituição Real é ela própria de uma validade intemporal. Serviu a fundação de um Estado soberano com 900 anos de história. Mobilizou todo um povo na construção de uma comunidade pluricontinental e multicultural e há-de continuar a inspirar muitas e boas realizações. Não somos saudosistas. Não é um “regresso” que nos move... O projecto monárquico é, para Portugal, um projecto de futuro e de esperança.

As Reais Associações têm uma Missão: manter acesa no coração dos portugueses a chama do amor a Portugal. Os ventos da história, os sopros da indiferença, tentam apagar essa chama. Cabe às Reais Associações reacender as chamas que se extinguem e manter acesas, e cada vez mais vivas, as que ainda brilham. E nós, monárquicos de boa vontade, temos o dever de colaborar neste esforço... porque as Reais Associações, afinal, somos nós...



## A CAMINHO DO FUTURO

Diogo Tomás | *Presidente da Juventude Monárquica Portuguesa*

Os jovens monárquicos iniciaram o ano de 2015 com uma grande vitória, a entrada no Conselho Nacional da Juventude – CNJ.

O CNJ é um órgão de consulta obrigatório do Governo para as matérias da juventude. A JMP, como membro de pleno direito, poderá influenciar a opinião do CNJ junto dos decisores, para além de levar a causa da monarquia a instâncias difíceis de alcançar.

No primeiro trimestre deste ano, mais uma vitória alcançada. O tão prometido NEM, Núcleo de Estudante Monárquicos da Faculdade de Direito de Lisboa, foi finalmente fundado com a eleição dos corpos dirigentes. Jorge Costa Rosa foi eleito Presidente da Comissão Executiva e Bernardo Vinagre Amaro ocupou o cargo de Presidente da Mesa.

Esta Faculdade de Direito tem um papel decisivo na formação de políticos e sempre foi palco de intensa discussão ideológica. A JMP fica, assim, mais próxima dos jovens políticos.

Em Março de 2015, realizou-se o 3º Congresso Nacional da JMP em Cascais, com participação muita activa dos associados. Foi aprovada uma proposta da Direcção que visa questionar as juventudes partidárias sobre a inclusão da questão monárquica nos programas eleitorais dos seus partidos, tendo em conta a realização de Eleições Legislativas este ano.

É importante salientar que a JMP tem fomentado uma boa relação com as juventudes partidárias, tendo contado com representantes da JS, JSD e JP neste Congresso. Ainda antes do final do ano de 2014, realizaram-se eleições na JMP – Lisboa, as primeiras eleições locais dos jovens monárquicos ligados à Causa Real. Foi eleito como Presidente José Muller e Sousa.

O Ribatejo e o Porto também já prometeram eleições para 2015.

Este ano o Santo António contará com um arraial da JMP. De 29 de Maio a 14 de Junho estaremos com banca própria no arraial da Praça da Alegria em Lisboa.

Estas não são todas as actividades desenvolvidas pela JMP, mas são as mais relevantes e as que demonstram a aposta clara na presença junto dos jovens, principalmente daqueles que pensam politicamente e um dia terão nas mãos o poder de decidir. Assim, vamos abrindo caminho para o referendo.



### Daqui e Dali:

“Uma coisa, porém, temos como certa. É que as probabilidades de despotismo em regime republicano excedem muito as das tiranias monárquicas, como a própria realidade contemporânea o demonstra. Por carência de meios impeditivos nas formas republicanas ou por inata predisposição destas?”  
Mário Saraiva - “Razões Monárquicas” - Lisboa 1970



## Jantar dos



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DE LISBOA**

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Entre as variadas iniciativas para festejar os 25 anos da Real Associação de Lisboa, incluiu-se um jantar comemorativo, que teve lugar a 1 de Novembro de 2014, no lindíssimo Palácio Barbacena, no Campo de Santa Clara, que alberga a Messe Militar desde 1925.

O jantar, muito concorrido, foi presidido por Suas Altezas Reais os Duques de Bragança, tendo também contado com a presença de S.A.R. o Príncipe da Beira.

Na sua intervenção, o então presidente da direcção da Real Associação de Lisboa, Nuno Pombo, lembrou que, para os monárquicos, muito mais importante do que a Monarquia é Portugal, sublinhando que “não gostamos do nosso país porque somos monárquicos, antes é pelo amor que devotamos a Portugal que defendemos a Instituição Real, que é de uma validade intemporal. Serviu a

fundação de um Estado soberano com 900 anos de história. Mobilizou todo um povo na construção de uma comunidade pluricontinental e multicultural e há-de continuar a inspirar muitas e boas realizações.”.

SAR o Senhor Dom Duarte felicitou a RAL pelo seu 25º aniversário e pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos, tendo depois assinado o Livro de Honra da Real Associação de Lisboa.

Com a presença de antigos presidentes, membros fundadores, numerosos associados desta estrutura regional da Causa Real e jovens da Juventude Monárquica Portuguesa, este emotivo acontecimento serviu igualmente para dar posse aos recém-criados núcleos de Odivelas e do Sul do Tejo, presididos por Abílio Santos e por António Jorge de Albuquerque, respectivamente.

A Senhora D. Teresa de Castro Simas foi distinguida com a medalha de sócia benemerita pelo donativo de um relevante acervo bibliográfico de doutrina monárquica pertencente ao 2.º conde de Castro tendo dirigido aos presentes comoventes palavras ao resgatar parte das suas memórias. Com este importante donativo a Real Associação de Lisboa constituirá uma biblioteca especializada.

Foram também lançados nesta ocasião os vinhos comemorativos dos 25 anos da RAL, com a marca “REAL REAL”, nas suas três variedades, Tinto, Branco e Tinto Reserva, tendo sido oferecido um conjunto a SAR. • LMC

## Jantar dos Conjurados 2014

30 DE NOVEMBRO DE 2014

A Real Associação de Lisboa voltou a assegurar a organização, no dia 30 de Novembro, do Jantar dos Conjurados, que este ano regressou ao Hotel Palácio do Estoril e que contou com a presença de SS.AA.RR os Duques de Bragança e de S.A.R. D. Afonso, Príncipe da Beira. Na mensagem que nessa ocasião dirigiu aos portugueses, S.A.R. o Duque de Bragança começou por saudar a Iniciativa Popular para a reposição do dia 1º de Dezembro como feriado nacional. De seguida, enalteceu a capacidade do povo português em revelar as suas “extraordinárias capacidades” nos momentos mais difíceis

da sua história. Concluiu relembrando que “o futuro de Portugal depende de mantermos vivas as nossas raízes e de alcançarmos uma inteligente renovação das nossas instituições”, numa lógica de pensamento que se mede “por séculos e gerações e não por ciclos eleitorais”. Depois da apresentação de cumprimentos à Família Real por parte dos monárquicos presentes, seguiu-se o jantar que terminou com o discurso de Luís Lavradio. O Presidente da Causa Real reforçou a ideia de que esta tem um objectivo político que é o “de apresentar aos portugueses uma alternativa viável ao sistema

vigente”, um sistema mais representativo e mais transparente e que será “sempre reforçado se coroado por uma instituição independente, que possa encarnar a nossa história, a nossa cultura, um símbolo de unidade e continuidade nacional”. •



© NUNO ALBUQUERQUE

## 4 de Outubro, celebrámos Portugal

LISBOA, 4 DE OUTUBRO DE 2014

Na noite do dia 4 de Outubro, na Praça Luís de Camões, em Lisboa, a Causa Real celebrou o 871.º aniversário da fundação de Portugal. No dia 5 de Outubro de 1143, pelo tratado de Zamora, D. Afonso Henriques foi formalmente reconhecido como rei de Portugal. Enquanto uns celebram o triste golpe militar que em 1910 pôs fim a um regime que tão bem serviu Portugal, abrindo as portas a uma república cada vez mais distante e

indiferente aos genuínos anseios do povo português, os monárquicos insistem em recordar a data fundacional da nossa nacionalidade. Até nisto nos distinguimos dos republicanos. Eles gostam de enaltecer a sua vitória, aquilo que nos divide, nós, monárquicos, preferimos exaltar os valores pátrios, aquilo que nos une. Nessa ocasião, o presidente da Causa Real, Luís Lavradio, dirigiu-se a todos quantos o quiseram ouvir, e

foram muitos os que por ali passavam que se quiseram associar a esta iniciativa, recordando o que ali nos juntava. Convidou então os presentes a lançarem os 871 balões iluminados que a organização para ali trouxera e foram inúmeras as pessoas que os lançaram, enchendo assim o céu do Chiado com as luzes da esperança. Esperança em Portugal e muita confiança nos Portugueses. •



© NUNO ALBUQUERQUE



## A Real Associação do Porto comemorou 25 Anos

PORTO, DEZEMBRO DE 2014

Em 6 de Dezembro de 1989, no 4º Cartório Notarial do Porto, foi constituída a Real Associação do Porto por quatro associados fundadores, Manuel Bernardo Lobo de Sampaio Pimentel Pereira Leitão, Dom José Paulo da Silveira de Queirós e Lencastre, Tomás de Carvalho Araújo Moreira e António de Sousa Cardoso, tendo tido, até hoje, apenas quatro Presidentes de Direcção: Tomás Moreira, de 1990 a 1993, Hélder Macedo, de 1994 a 1999, Alcino Cardoso, de 2000 a 2006 e Jorge Leão desde 2007.

Durante a presidência do nosso saudoso amigo Alcino Cardoso, a RAP passou a ter sede própria, nas actuais instalações, o que, por um lado, permitiu dispor de um agradável local de encontro e trabalho e, por outro, veio constituir um desafio diário para a sua sustentação.

Como é sabido, a RAP, mantendo embora a sua autonomia, está, desde 2009, integrada na Causa Real como estrutura regional.

Falando um pouco do caminho percorrido, recordo que, nos primeiros anos, a RAP criou o boletim “Monarquia do Norte”, o qual era distribuído aos associados e dava notícias do nosso movimento, abordando ainda temas políticos e doutrinários.

Lembro também o boletim da RAP, em associação com a Real Associação de Braga e com a Real Associação de Viana do Castelo, o “Norte Real”, uma edição trimestral cujo primeiro exemplar foi publicado em Julho de 1992, que visou divulgar os seus eventos, artigos e actividades da vida nacional e internacional.

Esta publicação foi continuada pela “Estrada Real”, que era o boletim da Causa Real, missão que nos últimos anos foi assumida pelo “Correio Real”, produzido pela Real Associação de Lisboa.

Foram várias as actividades desenvolvidas pela RAP, ao longo dos anos, designadamente reuniões, encontros monárquicos, debates, tertúlias e múltiplos eventos em associação com entidades públicas e privadas.

No ano de 2014, em que comemorou os seus 25 anos, a RAP teve oportunidade de se associar a diversas Câmaras Municipais, por ocasião das comemorações dos 500 Anos dos Forais Manuelinos, e, em Outubro, organizou um Jantar dos 25 Anos, com a presença de SS.AA. RR. os Duques de Bragança, muitíssimo participado, que foi uma oportunidade de um agradável convívio de afirmação e dedicação à Casa Real e à Causa Monárquica.

A RAP tem procurado corresponder aos desafios do nosso tempo e hoje em dia temos privilegiado as comunicações electrónicas, por diversos meios, como email, site e facebook. Desde o final de 2014, temos uma nova página da internet, com um moderno visual, novos destaques e ligações, em constante actualização, que permite divulgar as nossas actividades e eventos, que, por esta via, chegam a milhares de pessoas.

Pela sua inesperada dimensão, torna-se incontornável realçar a “Taça Duque do Porto”, um torneio de golfe jogado em 2014 em 6 campos, com uma participação de 500 jogadores, que permitiu alcançar

uma visibilidade nova e acrescida à RAP e à Causa Real junto de um grande e variado público.

A RAP propõe-se dar uma continuidade anual à “Taça Duque do Porto”, que já se tornou um torneio de referência, e que está este ano a ser jogado em 8 campos de golfe, divulgando a nossa imagem e o nosso Movimento, directa e indirectamente, despertando a curiosidade e incentivando a procura de informação sobre a nossa associação, assim alargando a nossa base tradicional de apoio.



Esperamos poder continuar a divulgar a nossa missão numa perspectiva monárquica moderna e optimista, dando prioridade ao que nos une, tentando interessar e alcançar novas adesões e motivar os jovens.

Termino apelando a que os monárquicos se inscrevam nas Reais Associações e paguem as quotas, pois só assim conseguiremos dar meios ao nosso movimento que permitam conferir à Causa Real uma maior representatividade e visibilidade. •



## Reunião da Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa

LISBOA, 21 DE MARÇO DE 2015

Em 21 de Março realizou-se, na Casa da Comarca da Sertã cedida gentilmente pela sua direcção, a Assembleia Geral da associação para discussão e deliberação do Relatório e Contas e, por terminar o mandato da direcção, eleger os Corpos Sociais para o triénio 2015/2018, para além de eleger os associados que integrarão a delegação da Real de Lisboa ao próximo Congresso da Causa Real. Estiveram presentes quarenta e oito associados e vinte e quatro fizeram-se representar através de documento de procuração que deram entrada na Mesa.

Depois do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, João de Mattos e Silva, ter aberto a sessão, saudando os associados presentes e agradecendo a sua comparencia, deu a palavra ao Presidente da Direcção, Nuno Pombo, para apresentar o Relatório e Contas e o parecer do Conselho Fiscal. Nuno Pombo iniciou a sua exposição chamando a atenção para os resultados positivos das Contas, frisando que não sendo o objectivo da associação de carácter económico, esses resultados espelhavam o rigor que a sua direcção tinha posto na gestão, o que possibilitou a realização de diversas actividades de interesse associativo dentro das finalidades estatutárias. Realçou as comemorações dos 25 anos da Real Associação, que foram muito participadas e a criação de mais dois Núcleos regionais no âmbito geográfico que está definido pela Causa Real: o de Odivelas e o do Sul do Tejo, abrangendo um vasto

número de Concelhos da margem sul. Considerou positiva a actividade desenvolvida agradecendo o apoio que recebeu. Agradeceu também a todos quantos integraram os Corpos Sociais durante o mandato que terminava nesta reunião.

Postos à discussão, com a intervenção para pedido de esclarecimentos do associado D. Vasco Teles da Gama, que o Tesoureiro satisfez, foram os documentos sujeitos a votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

vieram os associados Pedro Pais de Ramos, Rui Lage e José Manuel de Castro, a que os candidatos a presidente e vice-presidente responderam, abrindo-se um interessante diálogo alargado a outros presentes.

Passando-se à votação foi a lista única aprovada por sessenta e oito votos a favor e quatro votos brancos. Procedeu-se depois à eleição dos membros da Assembleia Geral que seriam delegados ao Congresso da Causa Real,



O presidente da Mesa da Assembleia Geral deu depois a palavra ao candidato a presidente da única lista apresentada ao sufrágio, D. João de Lancastre e Távora, para apresentação da sua lista e do seu programa, que iniciou a sua intervenção por referir que a sua Direcção pretende ser de continuidade relativamente às duas direcções anteriores, mas simultaneamente ser de inovação, frisando os três pontos fundamentais da acção proposta: comunicação, imagem e rejuvenescimento, vectores que desenvolveu aprofundadamente.

No período de esclarecimentos sobre o programa proposto, inter-

tendo apresentado a sua candidatura os associados Alexandre Lafayette Estevão da Silva, Luís Pedro Moreira Varela e Nuno Maria de Mello e Castro Fernandes Thomaz. Como nos termos do Regulamento Interno se apresentaram apenas três associados, a Mesa considerou que não deveria ter lugar a votação, tendo os três candidatos sido eleitos.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos, no seu último ponto, o Presidente da Mesa leu um requerimento apresentado pela Direcção cessante, no sentido de atribuir aos associados D. Vasco Teles da Gama, João de Mattos e

Silva e José de Campos e Sousa, a Medalha de Mérito da Real Associação de Lisboa. Tendo o requerimento sido aceite, foi entregue aos associados a respectiva medalha.

Antes de dar posse aos corpos sociais eleitos, o presidente cessante, João de Mattos e Silva, dirigiu umas palavras aos presentes, para

agradecer o apoio sempre recebido dos associados, tanto como presidente da Mesa da Assembleia-Geral em dois períodos da vida da associação quanto como Presidente da Direcção dizendo, ainda, que se encerrava neste acto a sua vida como dirigente monárquico, que se iniciara cinquenta e três anos antes na Causa Monárquica.

Depois de dar posse aos novos dirigentes, convidou o eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral a ocupar o seu lugar na Mesa. A reunião encerrou-se com as palavras dos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e da Direcção para agradecer a confiança neles depositada.

**Os Corpos Sociais da Real Associação de Lisboa ficaram assim constituídos:**

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Nuno Pombo  
Vice-Presidente: Miguel Cabral de Moncada  
Secretário: Tiago Beirão Belo

#### Conselho Fiscal

Presidente: D. Nuno de Bragança Van Uden  
1º Secretário: Maria da Conceição Mascarenhas  
2º Secretário: Tiago Teles de Abreu Tarré

#### Direcção

Presidente: D. João de Lancastre e Távora  
Vice-Presidente: Luís Miguel Barata  
Secretário: Pedro Amaro  
Tesoureiro: Raul Bugalho Pinto  
Vogais: Leonor Martins de Carvalho / Abílio Garcia dos Santos / Teresa Côrte-Real / Diogo Tomás Pereira Francisco Teles da Gama •

## Conferência Comunicar a Monarquia LISBOA, 23 DE MAIO DE 2015

Quais as limitações que a mensagem monárquica encerra – a qual terá sempre agregadora e transversal a todos os portugueses de todas as facções?

Como é percebida a nossa mensagem tendo em conta a realidade sociológica e cultural dos operadores dos média?

Quais os meios que poderemos utilizar tendo em conta a nossa realidade?

Como colmatar o problema financeiro e as limitações das nossas estruturas?

Estas foram algumas das questões debatidas pelo painel de convidados, moderado por João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa.

Seguiu-se um vivo e participado debate por uma concorrida plateia de interessados, à qual se juntou Sua Alteza Real, Dom Duarte, Duque de Bragança, e que contou também com a presença do presidente da Causa Real, Luís Lavradio, de outros elementos da direcção, dos presidentes das Reais Associações de Coimbra e Viseu, Joaquim Costa e Nora e Álvaro de Meneses, respectivamente, bem como o presidente da Juventude Monárquica Portuguesa, Diogo Tomás.

Um resumo da conferência estará disponível em vídeo no canal Youtube da RAL – acessível pelo respectivo sítio da internet. •



© FRANCISCO MELO

Com o propósito de corresponder às expectativas dos seus associados, a Real Associação de Lisboa promoveu no dia 23 de Maio de 2015, uma conferência denominada “Comunicar a Monarquia”, que reuniu no Altis Grand Hotel em Lisboa, um painel de especialistas composto por Raquel Abecassis (jornalista da Rádio Renascença), João Palmeiro (presidente da Associação Portuguesa de Imprensa) e Rodrigo Moita de Deus (consultor de comunicação).



## Real Associação de Viana do Castelo e a CEVAL assinam Protocolo de Cooperação visando a consolidação de laços institucionais.

VIANA DO CASTELO, 14 DE ABRIL DE 2015

Decorreu no dia 14 de Abril a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho e a RAVC – Real Associação de Viana do Castelo, visando a troca de sinergias institucionais direccionadas para a dinamização de um conjunto de iniciativas de forma a estabelecer um profícuo diálogo que fomente uma promoção sustentável do território. Através deste protocolo, a cooperação entre as entidades visa 1) a promoção de conteúdos interpretativos transversais que potenciem um real cruzamento com os eixos estruturantes definidos para o território; 2) estabelecer um profícuo diálogo com os Municípios, Associações, Parceiros e com o Sector Privado

no sentido de se delinearem estratégias concertadas de actuação direccionadas para uma promoção integrada do território no âmbito da estratégia de promoção do Alto Minho; 3) organizar eventos relevantes para a promoção e dinamização sócio-económica, visando uma promoção integrada do território; 4) providenciar apoio logístico a iniciativas de elevado impacto socioeconómico, nomeadamente através da celebração de acordos elaborados especificamente para o efeito. Esta parceria vai de encontro à missão da CEVAL, a integração de estratégias, a partilha de objectivos e recursos e o funcionamento em rede, a promoção de uma nova atitude empreendedora e criativa, indutora de inovação e

o desenvolvimento e promoção do território do Alto Minho.



NA FOTOGRAFIA: ENG.º LUÍS CEIA, PRESIDENTE DA CEVAL E DR. JOSÉ ANÍBAL MARINHO GOMES, PRESIDENTE DA REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO.

## Nova Direcção Real Associação do Ribatejo

17 DE JANEIRO DE 2015



A Real Associação do Ribatejo foi fundada a 18 de Novembro de 1987, pelo que é uma das mais antigas que integram a Causa Real. No passado dia 17 de Janeiro foi eleita uma nova Direcção, presidida pela Dra. Anne de Albuquerque Taylor, Directora Executiva do American Club of Lisbon, visando

continuar o crescimento e reorganização da associação, na senda do trabalho desenvolvido pelos anteriores presidentes José Carlos Ramalho e Jorge Costa Rosa. Foi já a nova Direcção que organizou o Jantar Real Ribatejo 2015, com a presença de SS.AA.RR. os Duques de Bragança e que teve lugar na acolhedora Quinta do Casal Branco, em Almeirim, sempre com a boa hospitalidade da Família Lobo de Vasconcellos. Em Março realizou-se em Santarém um Jantar-Tertúlia com o tema “Monarquia /República - Qual o melhor regime para Portugal?”,

e em Abril, no American Club of Lisbon, o Presidente da Causa Real, Luís Lavradio, participou num jantar que teve como principal convidado o Dr. Henrique Neto, candidato presidencial. As principais prioridades desta nova Direcção ainda este ano são a criação de núcleos locais dentro da sua extensa área geográfica, e a promoção de várias conferências durante os períodos de pré campanha e campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2016. •

## FICHA TÉCNICA

**TÍTULO:** A História Partilhada. Tesouros dos Palácios Reis de Espanha

**EDIÇÃO:** Museu Calouste Gulbenkian e Patrimonio Nacional de España



Quando uma exposição chega ao fim, o que dela fica — além da lembrança subtil daqueles que a quiseram usufruir — é o seu catálogo, memória viva, convite a um mais informado estudo e penetrante fruição das obras expostas. O catálogo de uma grande exposição (três centímetros de lombada numa estante de livros), como este, torna-se assim quase um pequeno museu privativo, que temos em casa, ao alcance da mão e dos olhos, ao qual podemos regressar a qualquer dia ou hora, sempre com proveito.

Esse privilégio aumenta exponencialmente quando a exposição em causa — considerada uma das melhores em Portugal no ano 2014 — nos apresentou obras de arte geralmente instaladas em «espaços não visitáveis», palácios reais e casas religiosas sob patronato régio (eles próprios obras de arte também), e nos fala de várias dinastias de monarcas espanhóis que foram dos maiores colecionadores de arte na Europa do seu tempo. Visando a integração territorial, a itinerância da corte constituía um factor adicional de acumulação, distribuição e instalação de património artístico em Residências Reais, e o seu carácter imperial, europeu e ultramarino (além de gerar meios para tudo e mais alguma coisa), exigia um superlativo nível de representação, atraindo artistas de altíssimo valor e prestígio ou levando à criação e actividade de Reais Fábricas, como as de tecidos, porcelanas e cristais, nos primórdios do século XVIII. O carácter global do império espanhol concedeu-lhe protagonismo na difusão do «verdadeiro fascínio» por objectos e animais vindos da Ásia e da América, representados nas suas produções artísticas.

As 141 obras desta *História Partilhada* — como o título indicia, uma escolha dirigida ao público português — percorrem um roteiro iniciado e concluído com os retratos de duas princesas nossas: Isabel a Católica, por artista desconhecido c. 1500, e Maria Isabel de Bragança e Bourbon, por López Portaña em 1829. A exposição, onde sobressaíam retratos, desdobrou-se numa grande variedade de pequenos e grandes objectos, desde alfaias de culto a breviários iluminados, de tapeçarias a mobiliário, das armaduras régias de aparato à pequena mas belíssima liteira da rainha Bárbara de Bragança, em talha dourada e pinturas rococó sobre seda, até à impressionante *Caridade de Santa Isabel de Portugal* por Francisco de Goya, de 1816.

Especial atenção foi concedida a desenhos, quadros e gravuras que representam os grandes palácios, como o palácio real de Madrid ou o incontornável El Escorial, sucursais deste transbordante património artístico, aliás muito mais extenso ainda, se tivermos em mente as principais obras-primas dos grandes pintores espanhóis, italianos e holandeses que trabalharam para esta mesma coroa imperial, as quais hoje admiramos no Museu Nacional do Prado. Numa pequena tela de López Piquer, Isabel de Bragança e Bourbon aponta para o Museu Real de Pintura (o Prado actual), de que ela foi a indiscutível mentora. Nas suas conferências adjacentes à exposição na Gulbenkian, o historiador Fernando Bouza Álvarez sublinhou o visionarismo da criação desse grande museu público — através do qual os espanhóis acedem a um tesouro artístico acumulado ao longo de cinco séculos de história, e que a cada ano tantos milhares de estrangeiros atraindo, por si só, a Madrid —, lembrando-nos, simpaticamente, que em sinal de reconhecimento a Rainha está figurada numa escultura à entrada do Museu... Realmente, foram as melhores peças, os grandes quadros de Velázquez, Ticiano, Rubens, Goya, etc. etc. etc., a passarem para diante dos olhos de todos, sublinhando nesta partilha — da melhor maneira possível — o inesgotável amplexo monárquico e o indesmentível prestígio e popularidade da Casa Real.

Vieram a Lisboa o retrato de D. Sebastião feito em 1565 por Cristóvão de Morais, e *Santa Isabel de Portugal*, escultura em madeira talhada policromada c. 1625, que se encontram no Monasterio de las Descalzas Reales de Madrid, além do manuscrito da pioneira *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576), de Pêro de Magalhães Gândavo, que está na riquíssima Real Biblioteca de El Escorial. Para acentuar a «história partilhada» que dá mote à exposição, juntou-se-lhes o *Retrato de D. Isabel de Portugal* (c. 1534), atribuído a Joos van Cleve, pertencente ao nosso Museu de Arte Antiga.

Excelente trabalho comandado pelo director do Museu Calouste Gulbenkian, João Castel-Branco Pereira, que desta forma concluiu com chave de ouro a sua carreira à frente daquela instituição cultural.

**VASCO ROSA**



F O R N E C E D O R   O F I C I A L  
D A   C A S A   R E A L



**SAGRES**  
**BOHEMIA**

SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA  
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.

Seja responsável. Beba com moderação.